

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

“Disinherited of luck” – research mapping on “disabled minors” and care education in the Brazilian Amazon

Graciene Reis de Sousa
Instituto Federal do Tocantins (IFT)
Jocyléia Santana dos Santos
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Palmas-Brasil

Resumo

Esta pesquisa teve como finalidade mapear teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação nas Universidades que se encontram na Amazônia Brasileira, sobre a história das instituições educativas pautadas no assistencialismo de “menores desvalidos” na Região Norte do Brasil. Como metodologia utilizou-se o “estado de conhecimento” amparado nas autoras MOROSINI e FERNANDES (2014). O levantamento de dados foi realizado na base da Capes, com recorte temporal dos últimos cinco anos (2016-2020). A base teórica fundante para a construção e complementação do *estado da arte*, teve como referência: ALVES (2018); COLARES (2002 e 2011); RIZZINI (2006) e SCHUELER (2009). Constata-se que a maioria dos trabalhos, no campo da história da educação, com ênfase na infância desvalida e em instituições educativas de cunho assistencialista são defendidas nos programas de pós-graduação do Sul e Sudeste do país, havendo, portanto, necessidade de ampliação de estudos dessa natureza na região Norte do Brasil. **Palavras-chave** Estado do conhecimento, Educação na Amazônia, Menores desvalidos.

Abstract

This research aimed to map theses and dissertations from the Graduate Programs in Education in Universities located in the Brazilian Amazon, on the history of educational institutions based on the assistance of “underprivileged minors” in the Northern Region of Brazil. As a methodology, the “state of knowledge” was used, supported by the authors MOROSINI and FERNANDES (2014). Data collection was carried out based on Capes, with a time frame of the last five years (2016-2020). The theoretical foundation for the construction and complementation of the state of the art, had as reference: ALVES (2018); NECKLACES (2002 and 2011); RIZZINI (2006) and SCHUELER (2009). It appears that most works in the field of the history of education, with an emphasis on underprivileged childhood and on educational institutions of a welfarist nature, are defended in postgraduate programs in the South and Southeast of the country, and there is, therefore, a need to expand of studies of this nature in the North region of Brazil.

Key words: State of knowledge, Education in the Amazon, Underprivileged Minors, Assistance.

Introdução

Essa pesquisa tem como finalidade trazer à tona estudos desenvolvidos dentro da história da educação na Amazônia brasileira. Ao historicizar a educação brasileira, é percebido que o país recebeu influências arraigadas da sociedade europeia e de instituições religiosas desde os séculos iniciais de ocupação e colonização. Essa aliança imperou a partir do século XVI na parte central do Brasil, mas somente no século XVII alargou-se, e adentrou a região Norte – Amazônia brasileira. Essa construção imbuída de “catequizar para educar” transformou em meados do século XVIII para o XIX em “moralizar/civilizar para educar”. Em várias localidades do país, houve intensos debates sobre a implantação de uma rede de instituições públicas e particulares de educação, assistência, abrigo e/ou asilamento dos indivíduos com esse intuito.

Desse modo, tem-se como questão norteadora para a construção do artigo a seguinte pergunta: “quais Universidades pesquisam sobre a história das instituições educativas de política assistencialista, que estavam voltadas ao atendimento de “menores desvalidos”¹ da região da Amazônia brasileira²?” Para responder essa questão, temos como objetivo principal, mapear pesquisas dos Programas de Pós-graduação em Educação na Amazônia brasileira sobre a história da educação assistencialista à *menores desvalidos* na região Norte do Brasil.

Para elaboração do artigo, o trabalho se dividiu em três partes: a primeira, sobre uma breve história da política assistencialista e higienista no Brasil, a segunda sobre a história da política assistencialista à *menores desvalidos* na Amazônia brasileira e, a terceira, sobre as dissertações e teses encontradas nos Programas de Pós-graduação em Educação das Universidade da Região Norte do Brasil.

Metodologicamente realizou-se uma pesquisa do tipo “Estado do conhecimento”, ancorando-se em Morosini e Fernandes (2014). O *estado de conhecimento* é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 154).

Delimitou-se como recorte temporal as produções dos últimos cinco anos

(2016 a 2020). O levantamento foi realizado no mês de julho de 2021, na plataforma digital no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram localizados e analisados os títulos, resumos, palavras-chave e o corpo das teses e dissertações, que possuíam os seguintes descritores: “política de assistência” “educação na Amazônia”, “educação de crianças pobres”, “proteção e educação de crianças” e “menores desvalidos”.

Foram encontrados 07 (sete) trabalhos entre dissertações e teses nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Amazônia. No universo da pesquisa foram encontrados 280 (duzentos e oitenta) trabalhos, desses, 39 (trinta e nove) eram Teses e 241 (duzentos e quarenta e um) eram dissertações. Para chegar a um resultado mais específico com a temática da Educação na Amazônia, afunilou-se a pesquisa apenas dentro da Área de Educação (conhecimento, avaliação e concentração). Diante disso, extraiu-se todos os trabalhos que apenas faziam referência a região norte, como também os trabalhos que foram produzidos na região Sudeste e Sul. Sendo assim, encontrou-se apenas 04 (quatro) dissertações e 03 (três) teses que iam ao encontro do objeto de pesquisa.

1. A Política Assistencialista e Higienista no Brasil: do período colonial ao Segundo Reinado

Ao percorrer a história da educação brasileira e a maneira como fora ofertada nesse percurso, observa-se a marca da exclusão. Embora hoje a educação seja um direito fundamental, não se pode abster ou apagar da memória que ela, desde os primórdios foi direcionada para os mais abastados em detrimento da classe mais pobre.

Para Fuly e Veiga (2012, p.87), ao pensar o Brasil no período Colonial, percebe-se “passagens diferenciadas entre a criança negra, indígena e a branca. Às crianças da elite, filhas dos senhores, era dada a oportunidade do estudo, às outras, o trabalho e serviam como entretenimento das famílias brancas”. Na metade do século XVI no Brasil, não havia instituições educativas que acolhessem crianças, em especial crianças órfãs ou abandonadas.

O Brasil recebeu influência direta das metrópoles europeias, onde foram

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

criadas as casas de caridade e as instituições voltadas para o assistencialismo de crianças pobres e/ou abandonadas, que receberam a denominação de “Roda dos Expostos”³. Na Itália, Espanha, Portugal e França, essas instituições tinham o objetivo de “[...] retirar os bebês do caminho do limbo [...]. Em Portugal, no século XV já era usada a expressão enjeitados ou expostos” (TORRES, 2006, p. 104).

De acordo com Torres (2006, p.104), ainda no século XVI:

[...] os padres jesuítas radicados no Brasil criaram colégios para receber os meninos índios que perdiam a família devido às pestes ou conflitos com os colonizadores europeus. O abandono das crianças intensificou-se entre a população portuguesa no século XVII, especialmente com a dinamização econômica e o incremento demográfico.

Entre os séculos XVII e XVIII, no Brasil-colônia, o abandono de bebês e/ou de crianças era prática comum. Venâncio (1997, p. 190) nos mostra que:

“(...) os diferentes ritmos de crescimento do mundo colonial repercutiram fortemente na condição de vida das crianças. No campo, espaço das transformações lentas, o abandono raramente ocorria e vários enjeitados acabavam sendo adotados como *filhos de criação* ou agregados por famílias estruturadas; na cidade, o ritmo acelerado das transformações provocava desequilíbrios. Não havia casas para acolher todos os forasteiros, não havia mercado de trabalho livre suficientemente desenvolvido para absorver quem precisava sobreviver à custa do próprio suor. A cidade agregava os pobres e não sabia o que fazer com eles.

Entre o final do século XVII e início do século XVIII ao XIX, a sociedade católica desenvolveu uma forma de promover assistência à essas crianças, “[...] o futuro espiritual dos enjeitados era motivo de preocupação da elite esclarecida ligada às câmaras municipais [...]” (TORRES, 2006, p. 102).

“A Santa Casa de Misericórdia difundida por vilas e cidades brasileiras foi um centro de convergência de ações e contribuições financeiras voltadas à guarda e organização dessas ações individuais ou de grupos” (TORRES, 2006, p. 105). Com o intuito de evitar o abandono de bebês ou crianças rejeitadas, a Santa Casa de Misericórdia, recebeu diversas denominações, tais como: Maternidade, Assistência à infância, Instituto de Proteção da Criança e até Casa dos Expostos.

A Santa Casa de Misericórdia teve em sua história um papel importante na

assistência às crianças abandonadas e/ou órfãs, sendo instituída em quase todo o país. De acordo com Negrão (2002), a Santa Casa de São Paulo não tem sua fundação datada, acredita-se que pode ter sido fundada entre 1562 e 1584. A mesma autora informa que foram abertas “Santas Casas” em vários lugares no Brasil, tais como em Pernambuco (1560-1831), no Espírito Santo (1551-1606), na Paraíba (1602-1618) e no Pará (1619 - 1787).

A província de Salvador⁴, foi a primeira a receber a instalação da Roda dos Expostos, que tinha como objetivo, a garantia de “[...] sobrevivência do enjeitado e preservar oculta a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado umbebê” (TORRES, 2006, p.103).⁵

Percebe-se que a assistência no Brasil como prática de recolhimento de órfãos através da Roda se estabeleceu no século XVIII, tendo como responsável a Santa Casa de Misericórdia, que dividia a responsabilidade com as Câmaras Municipais. Inicia-se, a legalização das instituições asilares religiosas através do Decreto nº 407/1846, que dispensa a amortização de leis a favor do recolhimento em conventos, e o Decreto nº 994/1858, que financia a manutenção de hospitais e asilos para o recolhimento de crianças expostas, com subsídios dos cofres públicos e da Igreja. (FREITAS, 2019).

Nesse período em decorrência das mudanças no contexto político, econômico e social no país, em várias localidades organizou-se intensos debates sobre a implantação de uma rede de instituições públicas e particulares de educação, assistência, abrigo e/ou asilamento dos indivíduos. Os movimentos e os debates possibilitaram dada a emergência de dispositivos disciplinares oficiais de normalização dos indivíduos e suas condutas, as inter-relações entre os processos de estruturação do Estado e a constituição da instrução primária como direito, e dever, de cidadania, numa sociedade hierárquica, desigual e escravista (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Rizzini (2004) por meio de análises da documentação histórica sobre a assistência à infância no Brasil, durante os séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. Irmandades e ordens religiosas, apoiadas por setores governamentais, tiveram um papel histórico estratégico no asilamento dos filhos das famílias populares.

Segundo Silva (2004), no século XIX, no processo civilizatório, cidade e escola passaram a ser concebidas segundo um repertório comum de *estratégias*, posto que para a reorganização do cotidiano das cidades era necessária a remodelação dos comportamentos da população. Surge um ideal de sociedade com concepções modernizantes, onde se processam discussões sobre a formação de uma massa de trabalhadores livres, voltadas para a atração de imigrantes europeus e a necessidade de ordenar uma sociedade pautada em um modelo civilizador, sendo a educação uma dimensão importante no ideal de modernidade e civilidade.

Para Gondra (2008, p.75) “a ideia de civilizar e disciplinar a população estava diretamente relacionada com a redefinição de percepções sociais a respeito da “caridade”, da “pobreza” e da “mendicância””. O Estado com o intuito de promover uma educação civilizatória, demonstra a ressignificação da tutela como mecanismo de controle das classes populares, com o aumento de sua atuação nas relações sociais vivenciadas anteriormente no âmbito privado.

Acerca disso, Schueler (2009) diz que, a construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional. Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização, que era tão almejado pelas elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo.

Entre tais instituições, os asilos e os internatos para as infâncias adquiriram enorme relevância nesse período, à medida em que foram propostos em diversas regiões do país. Tais instituições foram criadas e disseminadas por iniciativa de diversificadas agências educativas, tais como indivíduos, grupos, associações leigas e

religiosas, igrejas e poderes públicos. Assim, o Segundo Reinado assistiu a uma importante intervenção estatal na educação, através das iniciativas dos governos e assembleias provinciais. Educar para civilizar, não estava apenas nas entrelinhas do governo, “a instituição escolar teria vindo ocupar um vazio no processo de socialização”. (FILHO, 1999, p.16)

O primeiro projeto de política pública filantrópica⁶ brasileira em favor dos órfãos dos abandonados de que se tem registro é datado de 1855. Com projeto criou-se Asilos de Educandos em quase todas as regiões brasileiras e a intervenção às Misericórdias, transformando-as em instituições de proteção à *infância desvalida*⁷, pobre e órfã (MARCÍLIO, 1998).

Segundo Eduardo Nunes (2011), as políticas de assistência à *infância desvalida* no Brasil, mudou de caráter a partir da segunda metade do século XIX, onde o Estado tomaria o papel de dirigir as políticas assistencialistas a infância com a criação de institutos no Rio de Janeiro, com o Imperial Instituto de Meninos Surdos (1855); a Escola de Aprendiz de Marinheiro (1873) e o Asilo de Meninos Desvalidos. Tais políticas estariam voltadas para um projeto higienista buscando “a profilaxia e prevenção de comportamentos desviantes”. (PAVÃO, 2011, p.15)

De acordo com Pavão (2011, p. 15), o pensamento higienista estava,
[..] fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos desprovidos, aos desvalidos, tinham como objetivo, neste sentido prevenira delinquência, proteger a infância e fazer sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade.

O discurso de um Estado protetor e provedor foi se afirmando, ao mesmo tempo em que se implantavam novas formas e sistemas de assistencialismo: era o Estado provendo educação aos menores infratores e protegendo-os de situações excludentes. Com características higienistas, a “filantropia atraía as elites, pois se acreditava que ela permitiria exercer um melhor controle sobre a sociedade” (MARCÍLIO, 1998, p. 206).

A nova política estatal, deixava de lado a educação caritativa e passa para a assistência filantrópica que visava o saneamento moral, com função regulatória que se enquadrava entre à disciplina e ao trabalho desde a infância. Percebe-se a

dualidade na defesa da criança (percebida “como em perigo”) e a defesa da sociedade (a criança vista “como perigosa”). Em ambas, as situações e a preocupação eram a condição socioeconômica na qual viviam as crianças abandonadas, sem respeito, viciadas, entregues à ociosidade e às más influências (RIZZINI, 2011).

Essa filantropia⁸, arregimentada pelas elites da época, visava formar o bom trabalhador, que seria obediente, e disciplinado, ou seja, teria como objetivo preparar o “bom cidadão” para a nova Nação que estava surgindo. Era preciso assistir para prevenir. Foi com esse ideal pedagógico que medidas importantes puderam ser observadas no Brasil. Tanto os institutos de educação para os menores desvalidos quanto institutos militares como as Escolas de Aprendizes e Marinheiros estavam interessados em manter a ordem e a tranquilidade pública.

O desejo de figurar entre as nações ditas civilizadas fez parte do ideário brasileiro do século XIX, primeiro nos centros urbanos, depois destinados às instituições que acolhiam e disciplinava a chamada “*infância desvalida*”, elas se espalharam pelo país, e se instauraram também na região norte do Brasil.

2. Política Assistencialista na Amazônia Brasileira – a prática de assistência educativa na região entre os séculos XVI ao XIX

As práticas assistencialistas e educativas no Brasil se iniciam em meados do século XVI. Para incluir a Amazônia Brasileira nesse recorte espacial, é necessário esclarecer que o termo “Amazônia” não era utilizado nesse referido século.

De acordo com Buecke (2019, p. 17) a “Amazônia” compreendia,

[...] uma vasta região que se estendia da Serra de Ibiapaba, atual estado do Ceará até o atual estado do Amazonas. Essa região foi denominada inicialmente de Estado do Maranhão (1621), depois Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654) e posteriormente Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751). Tais nomenclaturas nesse trabalho se referem, portanto, à região conhecida hoje como Amazônia.

A Amazônia era uma região cobiçada por diversos países europeus além de Portugal, os franceses, os holandeses e os ingleses estavam presentes na zona litorânea no Norte do Brasil, enquanto os espanhóis estavam presentes na região do Alto Amazonas. Com a chegada dos portugueses no Brasil, Portugal aos poucos

organizou a política de divisão do território, e em 1534, o rei D. José I, dividiu as terras em capitanias hereditárias⁹, quem recebia um lote dessas terras se tornava donatário¹⁰. Estes donatários ficaram incumbidos de organizarem expedições a fim de tomar as terras até então desconhecidas.

Devido ao tratado de Tordesilhas (1494)¹¹, e aos naufrágios ocorridos na costa da capitania do Maranhão, os desbravadores não conseguiram ultrapassar a linha do tratado e colonizar a região, além disso, os aventureiros tinham que lidar com os constantes ataques indígenas, tornando assim uma região difícil de ser conquistada.

No final do século XVI e início do século XVII, o tratado de Tordesilhas é quebrado, surge a União Ibérica (1580-1640)¹², durante esse período todas as colônias portuguesas passariam a ser da coroa espanhola, e conseqüentemente a linha imaginária (o tratado de Tordesilhas) seria extinta. Com isso, o Tratado de Tordesilhas perdeu o seu efeito, e os portugueses iniciaram o avanço para terras amazônicas. Nesse período, o Norte começou a ser desbravado. A ocupação e a colonização aconteceram com a construção em 1612 do “Forte do Presépio” na cidade denominada Belém, a colônia passou a se chamar “Grão-Pará”¹³, essa região compreendia o território geopolítico entre o Estado do Maranhão e Pará, para uma melhor compreensão e historicização do artigo nomeia-se esse período e essa região de “Amazônia Colonial”.

O processo de colonização se baseava na estrutura portuguesa. A região deveria ser fonte de extração dos produtos nativos tais como as “drogas do sertão”, visando os interesses mercantis da época. É nesse contexto que se percebe que a ocupação e conseqüente colonização não se daria apenas pelas forças econômicas, mas também pela força e apoio de Instituições, tais como a Companhia de Jesus¹⁴ que se ancoravam na subordinação ideológica arraigada no catolicismo europeu.

Para essa empreitada e dominação, Colares (2011, p. 194) aponta que:

[...] Estado e Igreja desempenharam papel significativo. Diversas bulas papais, promulgadas no século XV, encorajavam a expansão dos países católicos e a escravização dos pagãos, considerados “inimigos do nome de Cristo”. O discurso religioso alimentou o impulso colonizador. As ordens religiosas, com suas atividades concretas, incluindo as educativas, tanto na modalidade de catequese como na implantação de colégios e seminários,

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

reforçavam o modelo que convinha aos interesses dos grupos estabelecidos nas estruturas de poder.

Em consonância com as palavras de Colares, percebe-se que as primeiras experiências pedagógicas no Brasil nascem dos religiosos, que visavam catequizar os indígenas. Os missionários ampliavam o seu poder e reforçam o modelo colonizador na região do Grão-Pará, como também em outras regiões do Brasil. “Muito mais catequização e instrução do que propriamente educação, no sentido escolar que se aplica ao termo. A própria metrópole, Portugal, não teve naquele período, um ensino plenamente estatal” (COLARES, 2011, p. 196).

A educação tinha naquele espaço, o papel de civilizar e moralizar esse povo considerado *selvagem*, ela “cumpria um papel colonial, não como algo de fora, uma força aliada, mas fundamentalmente como um componente integrado ao processo como um todo” (PAIVA, 1982, p. 97).

Consoante à política de aprender a língua dos povos que desejavam doutrinar e dominar, em 1653 chega ao Baixo Amazonas o Padre Antônio Vieira, e termina seu ciclo em 1661, com oito anos de atuação. O Estado português determinou que algumas ordens religiosas se afastassem do Grão-Pará, entre as causas estavam, o conflito entre os missionários que queriam catequizar os gentios e a Coroa portuguesa que insistia na escravização dos indígenas, e que proibiu em 1727, a disseminação do ensino da língua geral¹⁵.

No final do século XVIII, o governo do Grão-Pará encabeçado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês Pombal institui o Diretório¹⁶, documento que expressava ordens e instruções recebidas da coroa portuguesa relativas à educação dos nativos. Quanto as instruções expressas no Diretório e relacionados aos indígenas, Damasceno (1998, p. 85) destaca:

[...] o ensino profissionalizante já realizado com êxito pelos Jesuítas em regiões sob controle espanhol. Assim, pede ao governador que recomende aos missionários no Grão-Pará “... que os índios que forem da sua administração, os ocupem, fazendo-lhes aprender os ofícios a que tiverem mais propensão[...]

Acerca do exposto Colares (2011) apresenta-nos que o intuito do mesmo era profissionalização, instrução e aculturação dos indígenas. O governador conseguiu

através do documento a implantação definitiva da “língua do príncipe” na região e arrancou das ordens religiosas para o âmbito do Estado o controle das atividades no campo educacional.

Enquanto a pesquisadora Ângela Domingues (1995), mostra algumas divergências encontradas na pesquisa realizada nos arquivos portugueses e brasileiros, incluindo o Arquivo Público do Pará, quanto à aplicação das medidas previstas pelo Diretório. Domingues, afirma que, na segunda metade do século XVIII, com o advento do Diretório dos Índios, a educação foi inserida no contexto de um processo de colonização da Amazônia e de civilização dos índios, pois o Brasil adentrava um momento de modernidade voltado para a civilização, modernização e moralização dos povos.

No final do século XVIII e início do Século XIX, a busca por uma organização política e social visando o progresso e civilização da região, adquiriam uma valoração especial no restante do Brasil, porém a Amazônia nesse momento ainda vivia cercada pelo preconceito contra a *selva* e o *selvagem*.

Alves (2018, p. 140) reforça que:

O Norte era conhecido como terra de índio, com população indolente, mal-educada, desleixada e, em decorrência de sua geografia, mostrava-se como um lugar insalubre. No mais, havia uma ideia ideologicamente construída nacionalmente, em que os povos da região Amazônica eram rudes e que deviam ser moldados para um comportamento civilizado”.

Com o objetivo de educar e integrar a população nativa e tirar esse olhar não civilizado da região, diversas instituições elementares (no período de 1840 a 1864) espalharam-se por todo território nacional, e não foi diferente na Amazônia Imperial. Em 1852 foi criada a Província do Amazonas, a imensa região, então denominada Comarca do Alto Amazonas, pertencia à Província do Pará, cujo centro administrativo estava sediado em Belém¹⁷. Um novo tempo, “civilização” no Norte do Brasil, Belém e Manaus vivenciavam a *belle époque*¹⁸, e ao lado do Rio de Janeiro, as regiões formaram cenários de referências sobre o “civilizar” brasileiro na passagem do século XIX para o XX.

As estratégias de organizar, educar e civilizar caminhavam a passos largos na

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

região do Amazonas, porém era preciso também higienizar a população. Acerca disso Silva (2020, p. 35-36) diz que:

Entre 1880 e 1912, período áureo da economia seringueira na Amazônia, a cidade de Belém foi o ponto central de um discurso de poder - a modernidade - que reformulou o plano urbano e os costumes. O monopólio mundial do látex, mantido pela Amazônia nesse período, permitiu investimentos, públicos e privados, que tornaram Belém uma cidade única, de cores tradicionais acrescidas dos signos de sofisticação, higienização e agilização da vida citadina do mundo europeu de então.

A educação almejada deveria assim ir ao encontro da política econômica desse período, oficioso de caráter “moderno”. Nesse contexto, surge um intenso debate, de acordo com Gondra e Schueler (2008) sobre a implantação de uma rede de instituições públicas e particulares de educação, assistência, abrigo e/ou asilamento dos indivíduos. Diante dessas discussões, Silva (2020, p. 20) reforça que:

Projetos e iniciativas distintas trouxeram à baila discussões sobre a pertinência, ou não, de intervenção pedagógica sobre corpos de crianças, adultos, pobres, negros, índios¹⁹ e mulheres, num momento em que a forma escolar de educação ainda não tinha se afirmado na sociedade.

Além das escolas elementares, secundárias e superiores voltadas em sua maioria os filhos da elite, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modulares para a promoção dos ideais de civilização, instaurando-se nesse período os internatos e asilamentos, eram “as instituições oficiais, como os institutos e colônias de formação de artífices e de trabalhadores agrícolas, e os asilos para a educação feminina, se inserem no projeto de formação do povo brasileiro (os cidadãos) (RIZINNI, 2004, p. 27).

Destarte, “no Amazonas, não foram poucos os que enxergaram no internato a única alternativa para impedir que as crianças destas regiões, principalmente as indígenas, fossem afastadas das escolas” (RIZINNI, 2004, p. 82).

3. Mapeamento de Pesquisas nos Programas de Pós-graduação na Amazônia Brasileira: “menores desvalidos” nas pesquisas da região norte do Brasil

A fim de obter um panorama mais abrangente sobre as pesquisas referentes infância e à educação de *menores desvalidos* na Amazônia Brasileira, percorreu-se aos bancos de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Educação na

região Norte, verificando o título de todos os trabalhos publicados, averiguando os que abordassem infância e/ou práticas educativas na Amazônia Brasileira do período colonial ao período imperial.

Para chegar ao objetivo proposto utilizou-se a metodologia do tipo “estado do conhecimento”. Acredita-se que o estado de conhecimento deva ser o movimento inicial de toda pesquisa, uma vez que localiza e norteia os passos da investigação, a partir do conhecimento e da compreensão da produção intelectual que aborda estudos relacionados ao objeto de nossa pesquisa (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 158. grifo das autoras).

Metodologicamente, o estado do conhecimento, segundo as autoras, segue algumas etapas: a) análise de textos sobre produção científica, seus princípios, políticas e condicionantes, na perspectiva nacional e internacional; b) identificação da temática da tese ou da dissertação, com clarificação da pergunta de partida e das palavras-chave ligada ao tema; c) leitura e discussão sobre produção científica no plano teórico e no empírico (teses, dissertações, livros, congressos); d) identificação de fontes e constituição do corpus de análise.

Nesse sentido, a pesquisa denominada “estado de conhecimento”, fornece elementos para o mapeamento de ideias e estudos já existentes, nos alicerça com segurança sobre as fontes de estudo pesquisadas, e é, uma maneira de analisar e avaliar temas e subtemas que possuem menor ou maior exploração dentro das pesquisas, proporcionando compreender alguns silêncios e/ou hiatos a respeito do tema ou do objeto estudado.

Para a referida pesquisa utilizou-se como ferramenta de busca o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Educação da região Norte do Brasil, e delimitou-se como espaço temporal os últimos 5 (cinco) anos (2016 a 2020). Ao usar os descritores: Educação na Amazônia, assistencialismo, menores desvalidos, proteção e práticas educativas, foram localizados 07 (sete) trabalhos, os quais compõem o quadro a seguir.

Quadro 1 - Dissertações e Teses dos Descritores

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

| Descritor | Autor-Título | Produção | Ano | Instituição |
|----------------------------|--|-------------|------|-------------|
| Assistência e Educação | CALLOU, Maria Lucirene Sousa “Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e Educação de crianças pobres, órfãos e abandonadas em Belém (1943-1975)” | Dissertação | 2016 | UFPA |
| Menoridade e Educação | BARBOSA, Andreson Carlos Elis “Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará – Brasil na primeira metade do século 20” | Tese | 2017 | UFPA |
| Meninos desvalidos | PINHEIRO, Welington da Costa “O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)” | Tese | 2017 | UFPA |
| Práticas educativas | BUECKE, Jane Elisa Otomar “Infância e práticas educativas na Amazônia Seiscentista” | Dissertação | 2019 | UEPA |
| Educação de meninas índias | SILVA, Gercina Ferreira “Instituto Santo Antônio do Prata (1898- 1921): Missionários Capuchinhos e a Educação de meninas índias no Município de Igarapé-Açu-PA” | Dissertação | 2019 | UEPA |
| Assistência e Proteção | FREITAS, Léia Gonçalves “Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações de prelazia do Xingu no Município de Altamira-PA (1970-1979)” | Tese | 2019 | UFPA |
| Infância desvalida | SILVA, Iviny Cristina Aguiar da “Educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará Republicano (1890-1920)” | Dissertação | 2020 | UEPA |

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, julho de 2021

A dissertação de Maria Lucirene Sousa Callou, intitulada “Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e Educação de crianças pobres, órfãos e abandonadas em Belém (1943-1975)” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará no ano de 2016, investiga a Instituição Pia Nossa Senhoradas Graças (IPNSG) e suas nas práticas de atendimento direcionadas à assistência e educação da infância pobre em Belém, no período histórico de 1943 a 1975. A autora constata que a instituição foi criada para tentar aliviar as mazelas sociais pelas quais passavam as crianças pobres do bairro dos Capuchinhos, depois ampliada com o intuito de amparar e educar a infância pobre, órfã e abandonada.

A tese de Andreson Carlos Elias Barbosa intitulada “Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará – Brasil na primeira metade do século 20” defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará no ano 2017, investiga a relação entre a vida e a obra do intelectual paraense Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento aos jovens “deserdados da sorte”, considerados potencialmente perigosos à sociedade. O autor confirma que Nogueira de Faria implantou uma colônia reformatória na Ilha de Cotijuba, parte insular do município de Belém -Pará, para que o Brasil tivesse sintonia com o pensamento mundial. Ele que via na criação de estabelecimentos de internação compulsória, afastados dos centros urbanos e altamente vigiados, a solução ideal para lidar com o fenômeno da “delinquência juvenil”.

A tese de Welington da Costa Pinheiro, intitulada “O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará em 2017, aborda os discursos ideológicos que foram veiculados na trajetória do Instituto Orfanológico do Outeiro, no que diz respeito à assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos no contexto político e econômico do Pará do início do século XX. O autor atesta que os discursos, que permeavam a assistência, a proteção e a educação no Instituto, estavam fundamentados em discursos ideológicos que confluíam para a tese de que esta instituição foi originada para ser um estabelecimento de preparação inicial de mão de obra trabalhadora, com a intenção de inculcar nos educandos valores morais, cívicos e nacionalistas, assim como normas e condutas disciplinares e higiênicas para moldar os corpos dos meninos e se constituírem sujeitos ordeiros, fortes e saudáveis.

A dissertação de Jane Elisa Otomar Buecke intitulada “Infância e práticas educativas na Amazônia Seiscentista” defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará, no ano 2019, teve como objetivo analisar as práticas educativas envolvendo as crianças que viveram na Amazônia do século XVII e as relações dessas práticas com os saberes existentes e/ou nelas gerados. A autora constata que as práticas educativas vivenciadas pelas crianças da Amazônia

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

seiscentista eram imbuídas de significados que remetiam às tradições e aos rituais do seu povo, em que valores fundamentais eram transmitidos.

A dissertação de Gercina Ferreira Silva intitulada “Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): Missionários Capuchinhos e a Educação de meninas índias no Município de Igarapé-Açu-PA” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará, no ano de 2019, discute o processo educativo de meninas índias no Instituto do Prata no Município de Igarapé – Açu (PA) nos anos de 1898 a 1920. A tese mostra como a educação era um instrumento ideológico, atendendo ao objetivo da Era Republicana que tinha o poder de educar as mentes e os corpos dos sujeitos inseridos no contexto das instituições educativas, estabelecidas por missionários.

A tese de Léia Gonçalves Freitas intitulada “Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações de prelazia do Xingu no Município de Altamira-PA (1970-1979)” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, em 2019, teve como objetivo, analisar os impactos, repercussões e resistências que tiveram as ações de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã desenvolvidas no município de Altamira (PA) pela Prelazia do Xingu, no sentido de atender às mazelas ocasionadas pelo processomigratório na região do Xingu, motivadas, principalmente, pelo suposto progresso atribuído à construção da rodovia Transamazônica BR 230, na década de 1970.

A dissertação de Iviny Cristina Aguiar da Silva intitulada “Educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará Republicano (1890-1920)” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará, no ano de 2020, teve como objetivo estudar a educação dos corpos de meninos desvalidos e órfãos, em regime de internato, no Instituto Lauro Sodré, no período de 1890a 1920. A autora constatou a forte presença médica e higienista durante o período estudado, assim como questões relacionadas ao comportamento que deveriam ter os educandos, mediante a forte disciplina, conquistada pelo controle do tempo, criando hábitos desejados por aqueles que dirigiam as casas de instrução, no sentido de

moldar dos corpos da futura classe operária da sociedade belenense republicana.

Os trabalhos sobre os menores desvalidos são poucos, neste sentido os pesquisadores precisam de incentivos tais como: bolsas de pesquisa, acesso aos principais órgãos governamentais e tentativa de ruptura de modelos teóricos de monoculturalismo e colonialidade.

Não há como negar a relevância das dissertações e teses para entender as estratégias de organizar, educar, civilizar e higienizar a população na região do Amazonas. Os trabalhos são fontes essenciais que servirão de base para se investigar o papel histórico e político das instituições para os menores desvalidos, tais como: funcionamento da instituição, inclusão dos desvalidos, rotina, formação dos professores, inspeção etc. Enfim, são fontes secundárias e por vezes, até primárias que oferecem oportunidades de investigação científica.

Dar voz aos menores desvalidos significa historiar o universo de narrativas e interpretações sobre os desvalidos desnaturalizando a ausência dessas vozes na pesquisa em educação.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve o intuito de mapear as produções acadêmicas sobre a educação assistencialista de menores desvalidos no Norte do Brasil, verificando discussões e problemáticas colocadas em pauta na pesquisa da pós-graduação em Educação nas Universidades da Amazônia Brasileira. A pesquisa realizada também revelou que a maioria dos trabalhos, no campo da história da educação, com ênfase na infância e nas instituições educativas são principalmente dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos programas de pós-graduação do Sul e Sudeste do país, havendo, portanto, necessidade de ampliação de estudos dessa natureza em Programas de Educação na região Norte.

É relevante, considerar a atualidade e a importância das temáticas encontradas. São sobre a história de políticas sociais e educativas destinadas à infância. Os estudos desvelam o estado do conhecimento das pesquisas sobre as instituições educativas assistencialistas e os internatos no Brasil. Portanto, deve-se viabilizar o avanço do conhecimento para o entendimento das práticas educativas no

percurso da História da Educação no Brasil e na Amazônia sobre a gênese de instituições educacionais e da *forma escolar* antiga e moderna.

Percebe-se que estudos voltados para a história das instituições que funcionaram em regime de internato, asilos, amparando e educando a infância pobre, órfã ou abandonada, bem como as formas de atendimento, estão sendo exploradas de maneira mais efetiva na região sul do Brasil, no entanto, na região Norte, embora sejam encontradas pesquisas nesta área de estudo, a temática ainda necessita de vários estudos.

Referências

PAVÃO, Eduardo Nunes Alvares. **Balanço Histórico e historiográfico da assistência a infância desvalida no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho – 2011, p. 15.

ALVES, L. M. S. A. **Abrigar, educar e instruir: a política higienista e a educação de meninas**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 137-152, jul./ago. 2018.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. 315 f.

BUECKE, Jane Elisa Otomar. **Infância e práticas educativas na Amazônia seicentista**, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

CALLOU, Maria Lucirene Sousa. **Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e Educação de Crianças Pobres, Órfãs e Abandonadas em Belém (1943- 1975)**. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2016.

COELHO, Geraldo Mártires. **Belém e a Belle Époque da borracha**. Revista Observatório, Revista Observatório. Palmas, v. 2, n. 5, p. 32-56, set./dez. 2016

COLARES, Anselmo Alencar. **História da Educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico- Metodológicas: Críticas e Proposições**. Revista HISTEDBR On- line, Campinas, número especial, p. 187-202, out2011.

COLARES, Anselmo. **A Catequese e a educação jesuítica no Grão-Pará**. In: Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, 2002. Natal, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema1/0105.pdf>>. Acesso em 25 AGOSTO. 2021.

COSTA, Benedito Gonçalves. **“A educação para ser boa deve ser religiosa”**: Romanização e Civilização no Projeto Educativo do Bispo Dom Antônio de Macedo

Costa para a Amazônia (1861 - 1890). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

DAMASCENO, Alberto. **Origens da educação estatal na América portuguesa.** 1998. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DOMINGUES, Ângela. **A educação dos meninos índios do Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.** In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.** Lisboa: Estampa, 1995.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX.** In: A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FREITAS, Léia Gonçalves de. **Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da prelazia do Xingu no Município de Altamira – Pará (1970-1979).** Tese. UFPA, 2019.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro.** São Paulo; Cortez, 2008.

GONDRA, José G. **Medicina, Higiene e Educação Escolar.** In: LOPES, Eliane; FARIAFILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 5º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 519- 550.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria L. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950.** In: Freitas. M. (org.). *História Social da Infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1997.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades, interlocuções.** Revista Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãs” (1870 –1960).** Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, 2002.

PINHEIRO, Welington Da Costa. **O Instituto Orfanológico Do Outeiro: Assistência, Proteção E Educação De Meninos Órfãos E Desvalidos Em Belém Do Pará (1903- 1913).** Tese – UFPA - Belém, 2017.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.** Rio de Janeiro, 2004. Tese Doutorado - UFRJ/IFCS/PPGHIS.

_____, **Educação popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para formação de artifices.** In: SAMPAIO, Patrícia; ERTHAL, Regina (Org.). *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA/CNPq, 2006.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000).** Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC, São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Aryon. **As línguas gerais sul-americanas. Laboratório de línguas indígenas,** Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: Etnia, Legislação e desigualdade na Colônia.** Sertões do Grão-Pará, c. 1755 - c. 1823. Niterói, 2001. Tese (Doutorado em História) - UFF.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da Educação Brasileira.** Apresentação. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 1-7, 2009.

SILVA, Íviny Cristina Aguiar da. **A educação de corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará republicano (1890-1920).** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

SILVA, Gercina Ferreira. **Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): Missionários Capuchinhos e a Educação de Meninas índias no Município de Igarapé-Açú/PA 2019.** 140 f. Texto de Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém. 2019.

TORRES, L. H. **A casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande.** BIBLOS, [S.l.],v. 20, p. 103-116, abr. 2008. ISSN 2236-7594. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/724/218>>. Acesso em: 10 agosto. 2021.

VENANCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada.** In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997, p. 189.

QUINTILIANO, Aylton. **Grão-Pará: resenha histórica.** Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1963.

Notas

¹ Amazônia Brasileira, termo utilizado para situar geograficamente as pesquisas nos sete estados da região norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins.

² O termo “menor desvalido” passa a ganhar maior ênfase a partir da década de 1870 e sob essa categoria incluíam-se os filhos das classes populares, indígenas, mulatos, pardos, tapuios. (LOBO, 2020, p.88)

³ “A primeira Roda foi criada em Salvador, em 1726, com os recursos doados por um rico comerciante baiano, João de Mattos de Aguiar. A segunda foi instalada no Rio de Janeiro, em 1738” (Torres, 2006, p.108)

⁴ Segundo Torres (2006) a criação da Santa Casa de Misericórdia teve como “[...] motivação inicial de caráter religioso, na densa formação espiritual católica que caracterizou a sociedade luso-brasileira, transcendeu a salvação das almas e obteve grande repercussão na atitude social perante o menor e o abandono. Somente os estabelecimentos da Santa Casa do Rio de Janeiro receberam mais de cinquenta mil crianças enjeitadas entre os séculos XVIII e XIX, o que assinala a

dimensão do problema. Em alguns centros urbanos, no século XVIII, até 25% dos bebês eram abandonados e cerca de 70-80% faleciam antes de completar sete anos” (p. 105).

⁵ Vale ressaltar que segundo MARCÍLIO (1997), “[...] durante muito tempo a *roda dos expostos* teve um importante papel na assistência às crianças que eram abandonadas por suas progenitoras, seja porque estas não tinham condições de ficar com o bebê, seja porque a existência da criança colocava sua “reputação” em risco”. Portanto, as crianças colocadas na *Roda* não eram necessariamente crianças pobres, sendo muitas, inclusive, oriundas de uma sedução de uma moça de família abastada ou de uma união ilegítima; assim, a instituição tinha também como função diminuir o infanticídio e o aborto”. (p.23)

⁶ “[...] a palavra filantropia, filha do Iluminismo, do Higienismo, da Revolução Industrial incorporase novocabulário europeu para designar oposição às fundações religiosas, e considerar-se como obra pluralista, neutra ou interconfessional” (MARCÍLIO, 1998, p. 27).

⁷ De acordo com Schueler (2009), “Conceitos como *infância desvalida*, *infância abandonada*, *infância delinquente*, e os usos da categoria *menor*, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais num determinado contexto histórico. A própria existência dessas adjetivações já apontava para as diferenças (e desigualdades) que envolviam o termo infância e para a diversidade de projetos e iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais, e desiguais, da experiência humana”. (p.09)

⁸ Segundo Marcílio (1998), o Governo do II Reinado criou em 1805 a “loteria”. “Esta alternativa serviu para que as Casas de Misericórdia continuassem assistindo aos pobres, órfãos e desvalidos. O objetivo da criação da “loteria” era fornecer assistência às crianças e torná-las úteis a si e ao Estado. A partir disso, começaram a ser desenhadas transformações à assistência no final do século XVIII. Somente na metade do século XIX, o Estado brasileiro ensaia uma organização política para assistência e proteção à infância. [...] a assunção da Misericórdia pelo Estado, logo, seu caráter caritativo transformou-se em filantrópico (p.153)

⁹ Território recebido por doação do rei e administrado pelo capitão donatário.

¹⁰ Súdito da coroa portuguesa que se responsabilizava por determinado lote de terra da colônia com o objetivo de povoar, explorar e exercer a soberania em nome do monarca.

¹¹ Acordo firmado entre o reino português e a coroa espanhola, cujo objetivo era a demarcação e divisãodas terras conquistadas por ambos os reinos no período das Grandes Navegações.

¹⁵ A expressão língua geral tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi- guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão. (RODRIGUES, 1996, p. 5)

¹⁶ Instrumento jurídico que vigorou de 1757 a 1798, durante o governo de Mendonça Furtado. Extinguiu o Regimento das Missões, substituindo a administração dos religiosos por leigos nos aldeamentos.

¹⁷ Estado do Grão-Pará e Rio Negro foi criado entre 1772-1774, emancipado do Estado do Maranhão e Grão-Pará. A sede do Estado do Grão-Pará manteve-se em Belém, subordinada diretamente a Lisboa. Essa situação persistiu até o início do XIX. Com a implementação do Código Criminal na região, em 1833, a Província do Pará passou a ter três comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Em 1850, o Alto Amazonas tornou-se a Província do Amazonas, somente implantada em 1852. Cidade de longa história colonial, Belém chegou à metade do século XIX com uma população em torno de 25.000 habitantes. O crescimento demográfico da bela cidade formada pelo casario colonial, avenidas e praças arborizadas, com iluminação a gás, foi significativo. (SAMPAIO, 2001)

“Deserdados da sorte” – mapeamento de pesquisas sobre “menores desvalidos” e educação assistencialista na Amazônia brasileira

¹⁸ Belém da colonização portuguesa, quer na arquitetura, quer nos usos e costumes ia desaparecendo, e, em seu lugar, nascia uma cidade espelhada em algumas matrizes da Europa, principalmente na Paris burguesa do final do século XIX. Vivia-se o início do ciclo da borracha no Brasil, e nesses novos tempos passaram a imperar as artes, a literatura, a cena lírica, a indumentária e o gestual, a exaltação do bom-gosto, o ideal da cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância, a sociabilidade mundana, as aspirações estéticas e literárias presentes nas agremiações e associações lítero-musicais. Essa forma e esse modelo de um novo viver transformam-se no ideário da cultura do homem civil do final do século XIX. (COELHO, 2016)

¹⁹ A população indígena dos aldeamentos raramente recebeu instrução elementar, pois estando submetida à tutela da Diretoria Geral de Índios, não cabia à Diretoria Geral da Instrução Pública instalar e manter escolas nestas áreas. Contudo, em se tratando de índios em contato mais estreito com a civilização, escolas poderiam ser instaladas próximas ou no interior do aldeamento quando algum governante se sensibilizasse com o abandono com que viviam os índios em termos de instrução (RIZINNI, 2004, P. 82)

Sobre as autoras

Graciene Reis de Sousa

Mestre em educação pelo PPGE/UFT. Professora do Instituto Federal do Tocantins. Doutoranda em Educação PGEDA/UFT. E-mail: graciene.sousa@ifto.edu.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1817-8558>

Jocyléia Santana dos Santos

Pós-doutora em educação pela UEPA/PA. Doutora em História pela UFPE. Professora do Mestrado Acadêmico e do Doutorado em Educação da Amazônia - PPGE/UFT/PGEDA.
E-mail: jocyleiasantana@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2335-121X>

Recebido em: 10/02/2022

Aceito para publicação em: 22/02/2022